

# 13ª Plenária

2011

Francisca Alves Rodrigues (Franquinha)



**LIBERDADE E AUTONOMIA**  
Por uma nova estrutura sindical

**Texto base da direção da  
Central Única dos Trabalhadores  
do Rio Grande do Norte**

Somos fortes, somos

**CUT** RN

## **Direção Executiva da CUT/RN**

José Rodrigues Sobrinho - Presidente - STR Ipanguaçu  
Francisco de Assis Silva - Vice-Presidente - SINTE/RN  
Maria Elizabeth Fernandes - Sec. Geral - STR Dr. Severiano  
Janeayre Almeida de Souto - Sec. Adm. e Finanças - SINTE/RN  
Olinto Teonácio Neto - Sec. de Comunicação - Sindsuper  
Luiz Antonio Ramos Freire - Sec. de Formação - Fetam/RN  
João Maria Alves da Silva - Sec. de Org. e Política Sindical - Oposição do Correios  
Eliete Vieira da Silva - Sec. Sobre a Mulher Trabalhadora - Sindserpum  
José Nogueira Filho - Sec. de Relações Trabalho - Sindtêxtil  
Maria Josana de Lima - Sec. Políticas Social - STR Riachuelo  
Jocelino Dantas Batista - Sec. Juventude - STR Jandaira  
Ari dos Santos de Azevedo Filho - Sec. Pela Iguadade Racial - SINTERN  
Geordeci Menezes de Souza - Sec. de Saúde do Trabalhador - Sindmetal/Natal  
José Cassio Rodrigues de Carvalho Freire - Sec. do Meio Ambiente - Oposição Sindsaúde

## **Direção Estadual**

Eulálio Luiz da Silva - Oposição CUTista dos Trabalhadores da Seguridade e Saúde  
Francisco Canindé da Silva - Sinte  
Raimunda Soares da Costa - Secom  
Sandoval Lopes - Sindhoteleiros/RN  
Maria do Socorro F. Gomes - Sindserpum  
Marcelo Dantas de Medeiros - Fetam/RN  
Paulo de Tarso Bandeira Antas - Sinsenat  
Zacarias Anselmo da Silva - Sinte  
Suziane Ferreira da Silva - São José de Campestre  
Manoel Cândido da Costa - FETARN  
José Juarez da Silva - STR de Lajes  
Maria das Graças da Silva - Comercário  
Gildênia Barbosa da S. Freitas - STR de Poço Branco  
João Cabral de Lira - STR de São Paulo do Potengi  
Raimundo Canuto de Brito - STR de Janduis  
Maria Avanael Simão - STR Canguaretama  
Genilson Mendes de Galvão - Sind. dos Metalúrgicos  
Cristianne Medeiros Dantas - Sinte  
Marcos Paulo M. da Cunha - Sind. dos Metalúrgicos  
Raimunda Audinete de Araújo - Sinttel  
José Rômulo Arnaud Amâncio - Sinte  
Ailton Ramos da Silva - Sind. Auto Peças

## **Conselho Fiscal**

Titular - Maria da Conceição Bezerra - Unidade Bancária CUTista  
Titular - Antonio Leonilde de Oliveira - Munic. de Itaú  
Titular - José Milton M. da Silva - Oposição vigilante  
Suplente - Geovani de Lima - Comercários  
Suplente - Inalda Teixeira de Lira - SINTE  
Suplente - Adriana Emília dos Santos e Silva - Sindserpum

# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>4</b>
<b>Conjuntura Internacional</b>	<b>5</b>
<b>Conjuntura Nacional</b>	<b>6</b>
<b>Contaminação do Governo</b>	<b>7</b>
<b>Política Econômica e Estado Social de Direito</b>	<b>8</b>
<b>Conjuntura Estadual</b>	<b>10</b>
<b>Os movimentos Sociais</b>	<b>11</b>
<b>A CUT e os movimentos populares: um olhar sobre a Central</b>	<b>11</b>
<b>Análise de conjuntura da FETARN</b>	<b>12</b>
<b>Proposições</b>	<b>16</b>
<b>Balanço das Secretarias da CUT</b>	<b>19</b>
<b>Preposições do Plano de Lutas</b>	<b>24</b>
<b>Emendas ao Estatuto</b>	<b>26</b>



# POR UMA CUT CLASSISTA, DE LUTAS, DEMOCRÁTICA, SOLIDÁRIA E PELA BASE

## APRESENTAÇÃO

A presente tese é a construção do pensamento político dos trabalhadores(as) do Rio Grande do Norte em consonância com uma proposta de fortalecimento e de luta apresentadas por diferentes forças políticas que atuam no conjunto da direção e na base da Central única dos Trabalhadores em nosso estado, e que de forma articulada procuram democratizar as ações que fortaleçam os trabalhadores em todas as suas instâncias de ação e intervenção político-sindical e social.

Nesta tese fazemos uma avaliação da conjuntura estadual, apresentamos um balanço da gestão e uma agenda de lutas para o próximo período tendo como princípio fundamental a luta e a defesa da classe trabalhadora, para que possamos discutir e produzir, a partir das ideias em destaque, uma proposição à luz das realidades nacional (política, econômica, social e de relações de trabalho e sindical) que direcione a política cutista para a afirmação de uma ação classista que envolva todas as categorias de trabalhadores(as) na cidade e no campo, em torno de uma proposta aglutinadora de defesa dos interesses gerais dos trabalhadores, das condições e oportunidades do trabalho, da luta sindical, do Brasil e do socialismo.

Nesse sentido desejamos, a todos e todas, boa leitura com vistas a construirmos os rumos da nossa luta e da nossa central.

Com saudações da CUT-RN

***"Não é porque certas coisas são difíceis que nós não ousamos. É justamente porque não ousamos que tais coisas são difíceis!"***  
***Sêneca (filósofo romano)***

COORDENAÇÃO DA 13<sup>o</sup> PLENÁRIA ESTADUAL DA CUT/RN

- Janeayre Almeida de Souto – Secretária de Administração e Finanças e Coordenadora Geral
- Maria Elizabeth Fernandes – Secretária Geral
- Olinto Teonacio – Secretário de Comunicação
- Luís Antônio Ramos Freire – Secretário de Formação e
- José Nogueira Filho – Secretário de Relação do Trabalho

# CONJUNTURA INTERNACIONAL

---

Desde o último trimestre de 2008, um clima de tensão instalou-se no mundo após a eclosão de mais uma crise cíclica do capitalismo, tendo como mola propulsora, a irresponsabilidade de banqueiros/especuladores do capital, que emprestaram dinheiro a determinados países, principalmente europeus: Grécia, Espanha, Portugal, entre outros, atingindo também a economia Americana, mas que, sendo o país que produz a moeda mundial (dólar), esta produzindo para si e, com isso, iniciando o processo de liquidez de suas dívidas, deixando os demais países com suas crises de várias faces.

A crise financeira mundial continua gerando recessão em diversas economias e exigindo intervenção estatal para salvar o sistema laissez-faire. A premissa neoliberal da não intervenção do estado caiu por terra, quando em muitos países, os seus governos injetaram bilhões de dólares do tesouro público para salvar bancos privados. Somente nos Estados Unidos, mais de US\$ 1 trilhão do erário foi repassado à iniciativa privada a título de socorro. Na zona do Euro, o pacote de ajuda a bancos e países com déficit na casa de dois dígitos (Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda, entre outros) chegou a € 750 bilhões. Como em outras crises, a classe trabalhadora foi a mais prejudicada. O desemprego nos Estados Unidos aproxima-se de 8%. Grécia e França, em meio a violentos protestos, elevaram o limite de idade para a aposentadoria. Em vários países europeus e asiáticos houve redução de salários e demissões em massa.

Há tempos, grupos de países, sobretudo o G-20, capitaneado pelo Brasil, clamam por uma nova ordem mundial, pautada na revisão da agenda dos organismos multilaterais e em suas composições. A ONU e o FMI estão no alvo das mudanças que os países emergentes procuram promover para democratizar o poder mundial quebrando a hegemonia do G8, Conselho de segurança da ONU e outros organismos que por décadas estavam a serviço dos interesses dos países ricos. Por se tratar de uma estratégia apta a interferir nas formas de organização e movimentação do capital e na logística beligerante das grandes potências, o mundo desenvolvido a rejeita com eloquência.

Na América Latina, as expectativas se voltam para as novas relações de governos mais esquerda o que têm contribuído para a manutenção da hegemonia de governos democráticos e populares em países da Região e na ampliação do Mercosul. Com exceção do Chile e Colômbia, que elegeram recentemente governos conservadores, os demais países do continente sul e vários caribenhos têm no Brasil a referência para suas estabilidades política e econômica. A exitosa relação Sul-Sul levada a cabo pela política externa brasileira, sobretudo com o continente africano, além de render dividendos ao país tem ajudado diversas sociedades a promoverem significativas mudanças no quadro social e econômico de seus países, quebrando o alinhamento bilateral anterior, imposto pelas políticas neoliberais dos estados Unidos e zona do euro.





## CONJUNTURA NACIONAL

---

O Brasil vive seu momento de trilhar caminhos no pós-Lula dentro de um cenário onde ousar é o lema, portanto questiona-se: Qual a cara do governo Dilma? Quais os caminhos que poderão ser trilhados?

Em seus primeiros seis meses de administração, a presidenta Dilma Rousseff tomou uma série de decisões, especialmente no campo da economia e da política, que serviram para definir claramente o seu estilo de governar e o projeto político-social que pretende implantar em nosso país. Logo de início, depois de inflamadas e exaustivas discussões com o movimento sindical - que terminou por trincar a unidade das Centrais - conseguiu impor um polêmico salário-mínimo estabelecido num patamar realista de R\$ 545 reais e um corte R\$ 50 bilhões no orçamento público federal.

Na esfera internacional, após receber o presidente norte-americano Barack Obama, Dilma Rousseff completou 100 dias de seu governo em Pequim, na China, onde esteve para uma visita oficial. Estes dois acontecimentos sinalizaram claramente a definição das prioridades da política externa do novo governo brasileiro. Um delas, como é do conhecimento geral, é a defesa de um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Ainda em Pequim, Dilma teve a mesma postura que demonstrou na visita de Obama. Ou seja, tratar com respeito, e de maneira firme, os problemas das relações bilaterais, embora, sem qualquer explicação para o recuo, não tenha colocado na pauta dessa visita, a defesa intransigente dos Direitos Humanos. Como se sabe ainda em março, o Brasil foi a favor do envio de um relator especial da ONU para investigar as violações de direitos humanos no Irã e, pela primeira vez em dez anos, votou contra o antigo parceiro.

# CONTAMINAÇÃO DO GOVERNO

---

Apesar do caráter de linha de continuidade das políticas de seu antecessor, Dilma aplica seu projeto com méritos próprios. Já testemunhamos episódios como o enquadramento do Comando do Exército, que se manifestara contrário à instalação da Comissão de Verdade.

Documentos de setores das Forças Armadas causou desconforto junto a ministros e a organizações de Direitos Humanos. Sem deixar por menos, a presidenta barrou futuras manifestações que evidenciassem arestas dentro de seu governo. Ainda nesse mesmo patamar de definição de seu plano de governo, Dilma Rousseff tenta, de um lado, confrontar uma oposição fragilizada em decorrência da intransigente defesa do projeto neoliberal; de outro, conter disputas políticas autofágicas e a ganância incontável por cargos públicos, brandidas pelos segmentos mais oportunistas da base aliada.

Nesse meio tempo, passou a exigir de seus colaboradores e aliados mais respeito e fidelidade aos princípios políticos republicanos. Mas o choque de eticidade administrativa não fora suficiente para descontaminar o seu governo, que foi obrigado a enfrentar a primeira e grave baixa política, que lhe custou à queima de seu mais próximo e importante assessor: Antônio Palocci.

Na continuidade, mal a chefe do governo retoma a iniciativa política, é obrigada a se defrontar com novas e graves denúncias de corrupção que exigiu dela pronta intervenção para defenestrar a quadrilha que se apropriou do Ministério dos Transportes e teve como consequência a queda do Ministro Alfredo Nascimento, do PR.

Outro ponto de divergência entre partidos da base aliada do governo é a reforma política, promessa sempre reiterada pela presidente Dilma. Até o momento nada se definiu porque, ante a se discutir um projeto concreto de reforma, grupos, lideranças e partidos se engalfinham brandindo projetos partidários ou personalistas.

Apesar das promessas de dar prioridade à reforma, o executivo não deu qualquer passo efetivo para articular os parlamentares da base governista, que continuam discordando nas questões centrais do projeto de reforma: voto em lista fechada para o Legislativo e financiamento público de campanha. PT e PMDB, principais partidos governistas, discordam nas questões centrais, como voto em lista fechada para o Legislativo, financiamento público exclusivo de campanha, cláusula de barreira e doadores de campanha.





## POLÍTICA ECONÔMICA E ESTADO SOCIAL DE DIREITO

Quanto à administração da economia, a presidenta, que nos primeiros meses de seu governo vinha se pautando em defesa de maior atuação do governo para levar o país a um crescimento econômico mais sustentável e com maior desenvolvimento social, ou seja, para que as empresas passem a ter um papel mais relevante na distribuição da riqueza, inclusive as que atuam no âmbito privado – a exemplo do que ocorre com a Vale, que passará a investir mais no país em processamento de minério de ferro - deverá contribuir mais com o interesse nacional e o desenvolvimento do país.

Nessa perspectiva, nada mais justo que empresas gigantes, altamente lucrativas e estáveis, muitas delas apoiadas pelo BNDES, forneçam uma contrapartida maior em termos sociais para o Brasil. Aliás, o resgate da política de maior intervenção do Estado na economia vem sendo puxada, por mais paradoxal que possa parecer, pelo próprio Fundo Monetário Internacional (FMI), antes o carro-chefe do projeto neoliberal, que passou a recomendar o uso de medidas de controle de capitais pelos países hospedeiros das multinacionais.

No entanto, a conjuntura indica que a nova política do governo aponta para o desenho de um Estado menos intervencionista, com a proposta de uma reinterpretação à relação entre atores públicos e privados. Exemplo estratégico desse projeto está na decisão da presidenta Dilma de licitar para a iniciativa privada os aeroportos de Cumbica, Viracopos (em São Paulo) e Brasília (DF), bem como os de Galeão (RJ) e Confins, em Minas Gerais. Estes terminais estão inseridos entre os doze mais lucrativos do País. Mudanças desse naipe só podem deixar os setores privatistas completamente ouriçados, enquanto o campo da esquerda e do movimento sindical já se mobiliza contra tais medidas de cunho puramente neoliberalizante, isto é, o Estado investe pesado nessas empresas e depois as repassa ao deleite do capital privado.

Outra queda de braço entre governo e seus aliados teve lugar durante o processo de votação do projeto de lei que altera o Código Florestal. Após cerca de dois anos de tramitação e diversos adiamentos na votação, o texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados sem o consenso entre as bancadas da base do governo. Após intensos debates foi aprovado o texto elaborado pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB - SP).

Os ambientalistas e as forças de esquerdas consideraram o texto como um verdadeiro retrocesso na regulação ambiental do país. Como a alteração no Código constituiu-se em verdadeira vitória do setor ruralista, o movimento contrário ao projeto de lei aprovado exige da presidenta Dilma que ela mantenha o compromisso de vetar qualquer mudança nas áreas de proteção já definida em lei, pois foi promessa de campanha de governo.

Enquanto a questão agrária é mantida em banho-maria, a violência contra trabalhadores do campo já se transforma em genocídio. Este ano varias lideranças do movimento rural foram assassinadas no Norte do país por pistoleiros a mando de grandes proprietários de terras. Por seu lado, a Comissão Pastoral da Terra aponta mais de 1.800 pessoas ameaçadas de morte no campo, e, impotente, o governo diz que não tem condições de colocar proteção individual para cada uma dessas pessoas.

Para o MST, os assassinatos ocorridos ultimamente no Pará e em Rondônia mostram que o governo tem sido omissivo no combate aos conflitos de terra e, neste momento, está perdido na condução de uma solução para o problema. Essa é a avaliação de entidades voltadas para a defesa dos trabalhadores da região de maior tensão fundiária do país.

Sob a lógica de se analisar governos e não a estrutura político-econômica e social do Estado, o movimento social e sindical brasileiro segue sua caminhada no desafio político de apontar novos rumos para suas ações estratégicas de aglutinação e defesa de um movimento classista, renovado, mas sem perder a essência de principal articulador da classe operária nacional, e o fator conflitante nesse debate é o perfil dos movimentos de lutas e de classe, e da própria fisionomia partidária existente hoje no Brasil, ancorados no modelo republicano em vigor, principalmente, entre aqueles com representatividade no parlamento e no governo.

A dicotomia entre direita e esquerda, se esfumaça quando a pauta é o projeto em disputa ou em desenvolvimento. O fato é que não há um movimento político público e popular por alternativas de desenvolvimento. Os partidos políticos não incorporaram uma agenda de discussão para redirecionar a política econômica, nem suas vertentes, como o ambientalismo, e com isso, não estabelecem uma agenda desassociada do conjunto geral do modelo em vigor, e continuam chamando de desenvolvimento o que nada mais é que crescimento econômico de conjunção global.





## CONJUNTURA ESTADUAL

---

Neste cenário de crescimento e desenvolvimento, o estado do Rio Grande do Norte apresenta as mais diversas contradições na sua operacionalização. Nos últimos anos vem crescendo o número de trabalhadores no seu mercado formal de trabalho, isso devido às políticas e ações do governo federal. Os recordes na exploração de petróleo e na arrecadação fiscal poderia sugerir um estado em completo estágio de crescimento em consonância com as expectativas do resto do país, lerdo engano, ao mesmo tempo em que apresenta recordes de investimentos em serviços, exploração de petróleo e arrecadação fiscal, o Rio Grande do Norte se vê diante de grandes fossos de contradições sociais aumentando assustadoramente a violência refletindo na população um sentimento de abandono e descaso governamental nas ações de suas principais áreas estratégicas de desenvolvimento (saúde, educação, segurança, habitação, cultura e lazer).

Na Segurança Pública as páginas policiais dos noticiários de todo o estado, tem detectado que o governo vem perdendo para o crime organizado, o tráfico de drogas e a violência penal nas casas de detenção e que, o braço armado do Estado, mesmo com o aumento do quadro efetivo das polícias, alimentados sob a lógica do vigiar e punir, não tem sido suficiente para pacificar socialmente as diferentes regiões.

Antes de completar um ano de governo, a governadora Rosalba Ciarline assume nitidamente seu perfil. O seu governo, formulado sob o marketing do “fazer acontecer” afronta os interesses da classe trabalhadora do serviço público estadual, e conseqüentemente a qualidade de oferta dos serviços à população, onde uma onda de greves, protestos e paralisações revelam o acúmulo de quebra de direitos a que são atingidos várias categorias de servidores, revelando a falência múltipla dos órgãos administrativos do estado potiguar. Na política para o campo, nos espaços para a agricultura familiar, o atual governo vem mantendo as práticas de gestões passadas, aonde as sementes só chegam para os agricultores depois do período invernososo. Nesta linha de ações, o atual governo vem intensificando o fechamento de escolas e projetos que de forma positiva buscava desenvolver uma política rural tonando impossível uma política avançada e sustentável no campo.

A partir da capital, Natal, vivemos hoje uma crise político-administrativa em vários municípios do nosso estado. Os movimentos sociais de forma organizada vêm desenvolvendo uma série de denúncias contra a má gestão da prefeita Micarla de Souza (PV). Gestão que vem ignorando os mais diversos segmentos sociais da capital. Portanto, do político ao econômico, as relações de poder e administrativas que ocasionam esta realidade social em todo o estado, considerando as possibilidades montadas em torno dos projetos e tendências político-eleitorais em vigor, só demonstram que não vivemos hoje uma relação de governo e sociedade das mais democráticas.

As relações de poder no RN, não excluindo o debate para o montante das peças conjunturais do restante do país, só nos impõe uma realidade que exige o seu desmonte, em favor das verdades históricas e sociais em evidência que possibilite um debate transparente sobre o papel de cada um desses agentes, e que identifique as vísceras apodrecidas dos falsos sistemas de governo que, com atitudes sempre suspeitas, ainda conseguem manter-se sob o controle das superestruturas, outorgadas e ratificadas pelos ordenamentos jurídicos eleitorais, repassados como instrumentos maior dos preceitos democráticos e legais para o apossamento da máquina pública, que no nosso caso hoje, está sob o controle das mesmas forças oligárquicas, caciques e poderosos de DEM Agripinista, que tem servido nada mais do que para alimentar o atraso, a fome de justiça e de liberdade de um povo que sonha em um dia ser realmente livre e feliz.

## OS MOVIMENTOS SOCIAIS

---

Na atual conjuntura, damos conta de um conjunto significativo de manifestações dos diversos segmentos do movimento social brasileiro, a exemplo das resoluções contidas em documento aprovado durante a última plenária nacional da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), sobre a política econômica do Governo Dilma.

Diante de todas estas contradições apresentadas pelos Movimentos Sociais, como a classe trabalhadora e a sociedade civil espera estabelecer uma agenda produtiva de atendimento a uma demanda social de reivindicações que se estende por anos, como as reformas de base, política, tributária e educacional (elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE), tudo isso numa perspectiva avançada e de cunho democrático-popular?

Assim, para a classe trabalhadora resta ampliar sua capacidade histórica de mobilizações e atuar para reverter essa política econômica em seus aspectos mais nefastos, fortalecer as articulações e a comunicação pela base e fazer avançar um movimento social e sindical autônomo e popular, no sentido da construção de novas relações, com mais democracia, entre Estado e sociedade. Somente assim poderemos materializar os interesses da classe trabalhadora nesse contexto de crescimento econômico em andamento no país.

## A CUT E OS MOVIMENTOS POPULARES

---

### UM OLHAR SOBRE A CENTRAL

As frentes de luta da CUT têm exigido não apenas uma articulação com as mais possíveis formas de organização social que defendam a classe trabalhadora. As mazelas das políticas neoliberais e a crise financeira mundial têm planejado os enfrentamentos dos trabalhadores e das trabalhadoras no mundo todo, uma vez que os problemas sociais tornaram-se epidêmicos, abrangendo, inclusive e fortemente, os países desenvolvidos, desnudando a face criminoso do capitalismo.

A CUT deve não só direcionar seu papel de articuladora e organizadora das lutas sindicais como promover a retomada do debate para provocar o governo e o Estado brasileiro à consolidação de um projeto de nação onde a classe trabalhadora e o povo estejam envolvidos e comprometidos com as mudanças há tempos prometidas, sonhadas e necessárias.

Portanto, todas essas contradições e embates políticos que marcam a atual conjuntura, a CUT e os movimentos sociais deve ratificar suas bandeiras de luta aprovadas em Plenárias e Congressos e torná-las públicas, num enfoque de chamamento a nação.





## ANÁLISE DE CONJUNTURA DA FETARN

---

O Rio Grande do Norte, não diferente da realidade de outras Unidades da Federação, foi constituído historicamente um oligopólio. Com uma área territorial de 52.810.699 Km<sup>2</sup>, uma população de 3.168.027 habitantes (censo 2010) distribuída em 167 municípios e uma densidade demográfica de 59,99 habitantes por Km<sup>2</sup>, neste primeiro ano da segunda década do século XXI, continua caracterizado como um território de domínio de famílias locais que se revezam estrategicamente no poder de forma tal que, pelo menos nesse contexto não se observa sinais fortes favoráveis à perspectiva de mudança dessa realidade em curto prazo e médio prazo.

No presente cenário em que as preocupações se voltam para a conjuntura Internacional e Nacional o Rio Grande do Norte é carente de investimentos e de estrutura para acompanhar o processo de desenvolvimento em vigência no País, não por falta de potencial, mas porque a classe dominante que aqui sempre comandou não preparou o Estado para as exigências do mundo atual, e em se tratando de um modelo de desenvolvimento sustentável, não se vê da parte do poder público local demonstração de intenções ou iniciativas que apontem para um processo de desenvolvimento economicamente viável (pelo menos do ponto de vista da economia solidária), ecologicamente correto, socialmente justo e culturalmente diverso, ou seja, não se observa compromisso concreto com relação a essas questões que são determinantes para avaliação da sustentabilidade de qualquer empreendimento.

No recorte do trato específico da zona rural, observa-se que esta nunca foi completamente esquecida, ao contrário, para esta foi definida uma estratégia de controle e dominação sobre a terra e as populações que nela vivem de modo que a elite agrária sempre obteve condições de desempenhar bem o seu papel de classe dominante, para isso nunca lhes faltou terra em abundância, capital e outros meios de produção. Isto é bem representado na literatura românica do campo onde se observa a grande fazenda, a casa grande e confortável do coronel/fazendeiro com as casinhas dos camponeses no entorno, isoladas ou em forma de vilas. Nessa realidade, esquecido de verdade, sempre foi o campo dos camponeses, historicamente negado por essa elite e pelo Estado administrado por seus governantes.

No entanto, nem tudo é desalento, dessa situação emerge uma perspectiva que sinaliza potencial de mudanças, trata-se da agricultura familiar com suas organizações de luta, dentre elas o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Embora o universo de adversidades, a agricultura familiar se destaca e imprime sua importância no processo de desenvolvimento do Estado. Segundo o IBGE, censo 2006, o Rio Grande do Norte possui 83.000 (oitenta e três mil) estabelecimentos agropecuários, dos quais 71.210 (setenta e um mil, duzentos e dez) são propriedades da agricultura familiar que correspondem a 85,74% do total, porém quando se vai observar a área dos estabelecimentos os 85,74% da agricultura familiar correspondem a 32,82% da área que equivalem a 1.046.131 (um milhão, quarenta e seis mil e cento e trinta e um hectares de terra, enquanto que os estabelecimentos que não são da agricultura familiar num total de 11.842 (onze mil oitocentos e quarenta e duas unidades), correspondentes a 14,26% do total das unidades, ocupam 2.141.771 (dois milhões cento e quarenta e um mil e setecentos e setenta e um hectares) e representam 67,18% do total da área. Ainda com relação ao crédito, o censo 2006 – IBGE aponta que 85,11% dos estabelecimentos da agricultura familiar têm dificuldades de acesso a estes recursos.





Portanto a nossa luta pela universalização dos direitos no campo se faz fundamental para a construção do Desenvolvimento Sustentável e Solidário e nesse sentido podemos destacar algumas conquistas obtidas em nível nacional, como: descentralização das políticas públicas na área social entre as três esferas de governo (União, Estados e Municípios). Essas políticas asseguram uma gestão participativa e o controle social das políticas públicas.

Nos oito anos de gestão do Governo Lula, em função das lutas dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, conseguimos uma quantidade expressiva de políticas públicas importantes com enfoque na segurança alimentar, nutricional e no desenvolvimento rural, como: o fortalecimento do PRONAF; a lei da agricultura familiar, o programa nacional de habitação rural; o programa garantia de preços da agricultura familiar (PGPAF); Garantia safra; a Política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar (PNATER); o Programa de aquisição de alimentos (PAA) o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outras medidas importantes como valorização do salário mínimo, estruturação do bolsa-família, a instituição do PROUNI (Programa Universidade para Todos), o Projovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), o Programa Luz para Todos, o fome zero; a ampliação do acesso ao crédito, a política de saúde para as populações do campo e da floresta ( embora o SUS ainda não tenha regulamentação para o seu financiamento), a política pública de educação do campo, as políticas públicas para os jovens, as mulheres e a terceira idade do campo, entre outras, embora saibamos que essas políticas não foram suficientes para gerar transformações estruturantes na realidade da concentração de terra e renda no campo, tampouco alterar a lógica do desenvolvimento rural insustentável do agronegócio.

Se por um lado conquistamos na esfera federal políticas públicas importantes para a dinamização do campo, nas nossas realidades estadual, territoriais e municipais temos encontrado muita dificuldade para que estas políticas sejam implementadas. Muitas das políticas federais que chegam ao Estado aos municípios são destinadas à pauta das prioridades dos Gestores e por isso não conseguem beneficiar diretamente os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Nossa realidade é a realidade do nosso País tal como registram os anais do X Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – CNTTR, “as políticas sociais que vem sendo implementadas nos municípios, como é o caso da saúde pública, educação, habitação, lazer, cultura, esporte, segurança, proteção às crianças e jovens, dentre outras, nem sempre atendem às demandas específicas da população rural. Ainda prevalece uma cultura política coronelista e clientelista que transforma “direitos sociais” e “controle social” em meros instrumentos de troca e barganha política.”.

Na presente análise há um fato importante que não podemos deixar de destacar: durante o processo de construção do PADRSS o MSTTR observou que não seria possível fazer desenvolvimento sem investir na educação e a partir daí começou a luta por esta política pública estratégica. Em nível nacional, embora limitadamente obtivemos um série de conquistas na área da educação, como por exemplo:

Pela primeira vez na história do País o campo começa de fato a entrar na esfera dos direitos humanos à educação pública com a publicação da Resolução CNE/CEB nº 1 de 03/04/2002 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.





## Proposições

---

### 1. Ações Permanentes para Convivência com o Semi Árido Norterio-grandense:

- a) Criação e implementação do Programa Estadual de construção de cisternas de placas para captação de água de chuva e de cisternas do modelo calçadão, para atender toda a demanda da agricultura familiar do RN;
- b) Implementação do programa de mini-adutoras buscando beneficiar todo o universo da agricultura familiar;
- c) Criação de Programa permanente de construção de barragens subterrâneas e assoreadoras nas áreas dos agricultores familiares;
- d) Criação de um Programa de Qualificação Profissional voltado para a Gestão de Recursos Hídricos, de Convivência com o Semi-árido e de Irrigação para agricultores familiares e técnicos indicados pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. O programa deverá prover às famílias participantes com uma bolsa no valor de um salário mínimo;
- e) Criação de um Programa de Desassoreamento das Bacias Hidrográficas Estaduais, a exemplo dos Rios Ceará Mirim, Maxaranguape e Punaú;
- f) Implantação imediata do Programa de Perfuração e Instalação de Poços Tubulares nas áreas sedimentares e cristalinas, a partir de demandas identificadas pelo MSTTR, para atendimento prioritário das unidades produtivas dos agricultores familiares;
- g) Recuperação imediata dos açudes e barragens dos agricultores familiares danificadas com as enchentes deste ano, como forma de garantir a continuidade do processo de produção desses agricultores.

### 2. Reforma Agrária

- a) Estruturação e fortalecimento da SEARA através da ampliação do orçamento na área de investimento e custeio e do melhoramento da infra-estrutura para atendimento das ações de reordenamento agrário;
- b) Realização imediata de concurso público para preenchimento do quadro funcional e implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da SEARA;
- c) Investimento com recursos estaduais nas ações complementares de suporte e infra-estrutura dos assentamentos estaduais e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (habitação, energia, estrada, escola, capacitação etc);
- d) Instituição e implementação de programa estadual de georreferenciamento e regularização fundiária dos imóveis da agricultura familiar como forma de garantir contrapartida do Estado às ações do Governo Federal;
- e) Entrega imediata dos títulos das áreas já georreferenciadas.

### 3. Assalariados Rurais

- a) Criação do Programa de Seguro Desemprego na entressafra dos trabalhadores rurais assalariados, destacando os setores sucro alcooleiro e fruticultor, a exemplo do Programa Chapéu de Palha do Estado de Pernambuco, criado pela Lei Estadual 13.244/2007 daquele Estado.

### 4. Combate à Pobreza Rural:

- a) Manutenção e ampliação do Programa de Combate à Pobreza Rural II junto ao Banco Mundial, garantindo a efetiva participação do CDR - Conselho de Desenvolvimento Rural como mecanismo de controle social, bem como a liberação imediata dos recursos dos projetos em carteira;
- b) Implantação de Programa Estadual permanente de financiamento não-reembolsável de Projetos de Desenvolvimento Comunitário, com a efetiva participação da FETARN e STTR's no seu planejamento, avaliação e execução.

## **5. Política Agrícola, Pesquisa e Assistência Técnica:**

- a) Aumento no número de cotas de inscrição do Programa Garantia Safra para 50 mil cotas/ano;
- b) Criação da Lei Estadual de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural em conformidade com a PNATER instituída através da Lei 12.188/2010;
- c) Apoiar a estruturação das Entidades da Rede SISATER - Sistema CONTAG de Assistência Técnica e Extensão Rural, para acompanhamento e assessoramento da implementação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar;
- d) Implantação de Programa de Agro-industrialização dos produtos da agricultura familiar;
- e) Liberação dos custeios e contrapartidas para as ações dos territórios rurais e da cidadania do Estado;
- f) Realizar de forma urgente a atualização do pagamento dos agricultores familiares fornecedores de leite;
- g) Garantir a continuidade e funcionamento do PAA LEITE em parceria com o MDS assegurando a participação dos agricultores familiares, com pagamento diretamente ao beneficiário através do Cartão Cidadão;
- h) Garantir a abertura e funcionamento imediato da Central Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária, assegurando a gestão participativa em parceria com o Movimento Sindical;
- i) Realização imediata de concurso público para preenchimento de vagas na EMATER, na EMPARN, no IDIARN e na SAPE;
- j) Adesão e operacionalização do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) por parte do Governo do Estado;
- k) Fazer gestão junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária para atualização do Zoneamento Agrícola com base numa escala que possa identificar a real potencialidade do Estado, disponibilizando a estrutura da EMPARN para tal;
- l) Liberação dos Projetos do Programa Campo Mais Forte, após a realização de uma análise técnica criteriosa com a participação do MSTTR;
- m) Montar estratégia eficiente de operacionalização da Nota do Agricultor Familiar para os Programas Governamentais de aquisição de alimentos;
- n) Agilizar a construção e recuperação de estradas estratégicas para o processo de produção da agricultura familiar (ex da estrada de São Tomé a Lagoa Nova; Afonso Bezerra a RN 118; Serra de João do Vale, Caicó a Jucurutu etc);
- o) Construção da Barragem de Oiticica e o canal de integração das águas do Seridó, garantindo o pagamento das indenizações dos proprietários atingidos e a construção de assentamento para beneficiar as famílias que queiram permanecer produzindo no campo.

## **6. Produção de Energias Limpas e Renováveis:**

- a) Implantação do Programa de Beneficiamento de Culturas Oleaginosas para extração de óleo;
- b) Incentivo à implantação de Programa de produção e uso de energias renováveis para os agricultores familiares;
- c) Criação de Câmara Setorial de Energias Limpas e Renováveis integrante do CEDRUS, com a participação do MSTTR.

## **7. Juventude Rural:**

- a) Criação de Bolsa de Estudo para estágio de vivência no valor de um salário mínimo para os alunos da Escola Agrícola de Jundiá, filhos e filhas de agricultores familiares;
- b) Criação da Secretaria Estadual de Juventude para atendimento e acompanhamento das ações de fortalecimento dos jovens.





### **8. Meio Ambiente:**

- a) Estruturação do setor florestal do IDEMA com contratação de equipe e disponibilização de equipamentos necessários à realização das ações de licenciamento ambiental das áreas da agricultura familiar;
- b) Reconstituição dos Comitês Gestores dos Biomas Caatinga e Mata Atlântica;
- c) Adesão do Estado e implementação imediata do Programa Mais Ambiente;
- d) Definição de procedimento simplificado para emissão do licenciamento ambiental das propriedades dos agricultores familiares e de assentamentos do INCRA e PNCF;
- e) Criação imediata do Programa Estadual de Combate à Desertificação e Produção Sustentável no Semi Árido.

### **9. Mulheres Trabalhadoras Rurais:**

- a) Criação e estruturação da Secretaria Estadual da Mulher, para efetivação das políticas de gênero;
- b) Implantação imediata do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres como forma de garantir as ações afirmativas de gênero;
- c) Implementação urgente do Pacto Estadual de enfrentamento e combate à violência contra as mulheres do campo e da floresta.

### **10. Educação do Campo:**

- b) Providências para atualização ou re-elaboração e instituição do Plano Estadual de Educação;
- c) Priorização das ações de construção da Política Pública Estadual de Educação do Campo, como:
  - Agilidade na Operacionalização da Carta do RN pactuada no I Seminário Estadual de Educação e Diversidade do Campo realizado pelo MEC e a SEEC em Natal – RN, de 27 a 29 de abril de 2005;
  - Elaboração e divulgação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo do Estado do Rio Grande do Norte, observando-se as DOEBEC Nacionais (Resolução CNE/CEB nº 1 de 03 de abril de 2002, as Diretrizes Complementares) e as especificidades do RN.
  - Financiamento da Educação do Campo;
  - Formação continuada e valorização do magistério da Educação do Campo;
- d) Fortalecimento do Comitê Gestor Estadual de Educação do Campo – COGEC e de suas ações visando à construção da política pública de educação do campo;
- e) Em caráter de urgência, tomar as providências necessárias para solucionar dificuldades inerentes à execução do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra 2009/2010 e 2010/2011, ambos de Convênio SEEC/MEC, a saber:
  - Ordenar a contrapartida do Estado prevista no convênio para o programa;
  - Formalizar a parceria com as Universidades para a realização de parte do Projeto pertinente à especialização dos professores que atuam no Programa;
  - Viabilizar a participação dos Movimentos Sociais e do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no acompanhamento/ monitoramento do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra.

## Secretaria sobre a Mulher Trabalhadora

A Secretaria sob a Mulher trabalhadora planejou atividades que envolvia: elaboração e confecção de cartilhas e panfletos com o objetivo de divulgar a Lei Maria da Penha e também combater o Assédio Moral nas Relações de Trabalho.

Planejamos e elaboramos seminários com os temas: Assédio Moral nas Relações de Trabalho; Síndrome de Bournout: uma doença do trabalho. (realizamos seminários referentes ao Assédio Moral em parceria com a FETAM RN nas cidades: Mossoró, Janduís e o tema Síndrome de Bournout na cidade de Caicó).

Mobilizamos e participamos com algumas trabalhadoras CUTistas da Marcha Mundial de Mulheres em 2010 e estamos nos mobilizando para levarmos 150 trabalhadoras CUTistas para a Marcha das Margaridas nos dias 16 e 17 de agosto do corrente ano.

Este é o relato das ações que desenvolvemos durante o período de 2009 até os dias atuais.

**Eliete Vieira da Silva**  
**Sec. Sobre a Mulher Trabalhadora**

## Secretaria de Juventude

A Juventude Trabalhadora Brasileira é o primeiro alvo da precarização do trabalho e os primeiros a perderem o emprego quando somos atingidos por distúrbios econômicos gerados por um modelo onde quem paga a conta na maioria das vezes são os trabalhadores e a juventude vem como alvo prioritário em contexto de crise.

É a juventude que pela falta ou ineficiência das políticas públicas sofrem as consequências, neste contexto podemos exemplificar a juventude rural onde são expulsos do campo por falta de políticas públicas e sociais que possibilite a capacidade de escolher entre o ficar com dignidade ou procurarem o possível que muitas vezes nas grandes cidades se tornará a impossibilidade e o fim de várias vidas por incapacidade e vontade política do Estado Brasileiro de pensar políticas para o campo que fixe o jovem e as famílias e garantam a sucessão rural.

Neste sentido a Central Única dos Trabalhadores cumpre em seu último congresso o desafio de criar em todo País as Secretarias estaduais de Juventude e a Secretaria Nacional no seio da Central para possibilitar a intervenção política nos vários espaços na perspectiva de contribuir com propostas para superarmos na sociedade brasileira com tantas desigualdades sociais e sufocação de direitos e em especial com esse público específico dentro da sociedade.

No Rio Grande do Norte, tem sido possível atuar em várias frentes de intervenção desde 2009. Ao assumirmos logo em seguida ao nosso congresso tivemos o cuidado de absolver e integrar vários jovens dirigentes sindicais rurais e urbanos que vinha participando do processo de formação sindical através da Escola Nordeste de Formação da CUT e através do Projeto de Promoção da Juventude Sindical que já vinha sendo tocado desde antes da criação das secretarias de juventude.





Desses atores jovens dirigentes sindicais resultasse hoje em um grupo que podemos reconhecer como pré-coletivo que vem ajudando a tocar as tarefas de específicas de juventude no seio da central e nos espaços políticos fora da central. Dessa divisão de tarefas e atuação da secretaria podemos destacar aqui no ano de 2010 a participação no curso de formação para jovens dirigentes sindicais em pela Escola Nordeste de Formação da CUT I Festival da Juventude ocorridos em Fortaleza.

Este ano de 2011 estamos atuando insistentemente nos espaços de construção interna da central para possibilitar os avanços da participação de juventude e nas estratégias que possibilite o debate da precarização do trabalho no Brasil e no estado, a questão de trabalho decente e políticas públicas específicas que garantam a inserção da juventude na melhoria de vida da sociedade e sucessão rural no campo.

Dentro dessa lógica do que frisamos anteriormente vamos lembrar mais uma vez no âmbito da central da nossa participação no Coletivo Nacional de Juventude da CUT Brasil, nos espaços de discursão da Conferencia de Emprego e Trabalho Decente, Articulação nos espaços de debate para possibilitar a realização da II Conferencia Estadual de Políticas Públicas de Juventude dando continuidade a realização da II Conferencia Nacional de Políticas Públicas de juventude.

Para dentro dos espaços da central ainda estamos acompanhando as discursões e andamento do Projeto Escola Móvel que será desenvolvido através da Escola Nordeste de Formação e as CUT Estadual nos territórios da cidadania e articulando a juventude dos sindicatos, federações e oposições reconhecidas para participar da Formação de Formadores de Dirigentes – FFD e para a realização dos Cursos de Organização e Representação Sindical de Base – ORSB.

Um fato que merece nosso destaque, é os desafios que se apresenta para os próximos períodos e a capacidade da CUT através da Suas diversas Secretarias envolvidas e os diversos espaços de debate para ações e políticas que promoverão ao nosso ver impactos ainda mais interessantes na sociedade Brasileira e porque não frisarmos em nosso estado do Rio Grande do Norte.

Queremos exemplificar aqui alguns dessas ações como o Programa Brasil Sem Misera, lançado recentemente pelo Governo Federal, o Plano Nacional de Banda Larga – PNLB entre outros a qual consideramos que a juventude trabalhadora de nosso estado deverá ter papel preponderante diante a construção dessas políticas e ações, como elas chegarão de fato e de direito aos nossos mais longínquos lugares? Qual o nosso papel diante o controle social? Em fim queremos destacar acima de todas esses desafios a qual é mais abrangente ainda, a questão da aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE e seus impactos diretos na nossa sociedade e especialmente a juventude trabalhadora urbana e rural.

**Jocelino Dantas Batista**  
**Secretário Estadual de Juventude da CUT/RN**

# Secretaria de Formação

Um dos pilares a ser fortalecido para que se consolide a hegemonia política estratégica da CUT deve ser as políticas de formação, onde o pensamento e a firmeza ideológica que orientam nossas ações na cidade e no campo se consolidem e se desenvolvam numa perspectiva de aglutinação de forças e definição dos atores políticos que devem intervir nos espaços de ocupação do poder para consolidação do projeto de nação e sociedade que os trabalhadores(as) tanto sonham e almejam.

O novo cenário mundial que surgiu após as contradições estabelecidas pelas políticas neoliberalizantes do final do século passado, que promoveu entre outras mazelas, o desmonte de nações e economias, provocando recessão e ferindo direitos da classe trabalhadora em todos os setores da produção e serviços e, refletidas hoje pela crise atual do capital e dos impérios econômicos, principalmente dos estados Unidos e da Europa, exige do movimento classista e sindical o retorno da luta de vanguarda, onde compreender os aspectos mais venais deste modelo de sociedade imposto pelos mercados, pelo domínio exclusivista da técnica e pelo poder bélico associados aos interesses dos grandes meios de comunicação, determina que precisamos definir e operacionalizar as melhores estratégias de ação e reação para garantir e expandir direitos, democratizar e racionalizar a produção e dividir equitativamente as riquezas produzidas, promovendo o acesso da população aos serviços mais essenciais, hoje negados pelo Estado como: saúde, educação, cultura, lazer e segurança, com políticas públicas solidárias e sustentabilidade social.

Só mesmo com ações planejadas e direcionadas para a promoção e o domínio do conhecimento político-científico, analítico e reflexivo, que identifique os inimigos da classe trabalhadora quer onde estejam alojados, seja dentro das corporações e conglomerados econômicos, governos ou na cultura da produção e consumo patrocinados por este modelo capitalista violento e excludente, compreendendo seus objetivos e formas de ação e dominação, é que conseguiremos intervir e aglutinar as forças sociais para estabelecer uma nova relação de sociedade e de classe, invertendo as relações de poder entre patrões, governos e trabalhadores(as), resguardando direitos com justiça social e solidariedade entre os povos. Somente a formação consciente, com base na ciência política é que os trabalhadores compreenderão qual o verdadeiro papel que cada um joga, individual e coletivamente, nesse emaranhado de fatores que continua permitindo a sua exploração e a degradação social.

Para isso, ampliar e reforçar a capacidade de pensar e atuar dos quadros de direção e investir e formar novas lideranças saídas da base dos sindicatos, dos locais de trabalho e outros ambientes de ações articuladas, onde se possa implementar a política e o pensamento cutista e nossas lutas de intervenção nos setores organizados da sociedade, se faz primordial e exige um amplo diagnóstico da real situação por que passam os trabalhadores(as) em todo o mundo, mediante a mais uma crise cíclica do capital e seus correspondentes, e por isso, refletida diretamente nas condições de vida dos que estão e dão sustentação na base da pirâmide social brasileira e mundial.

Além disso, entender as transformações atuais do mundo do trabalho e do serviço público em constante deformação e as novas configurações do Estado de Direito, muitas delas impostas por governos alinhados com o pensamento hegemônico do capital e seus asseclas determina como desafios para as secretarias de formação da CUT, a construção de metas e ações para melhor compreendermos o porquê de tamanha e agressiva realidade. O pragmatismo e o sectarismo são fatores que só favorecem a uma distensão entre a luta pensada e a ação aplicada, no que pode fragilizar as possibilidades de alcance dos nossos objetivos em relação às outras forças oportunistas de plantão. Uma vez definida a política, a organização decide o resto, e dentro dos aspectos estratégicos para organizar uma ação de luta dos trabalhadores pela base, só mesmo ampliando sua política de formação com metas ousadas, objetivas e pela base.

Sem conhecimento e pensamento estratégico, a ação da força conjunta fica limitada a práticas que, pela nova ordem mundial em evidência na ofensiva do capital, onde com crise ou sem crise reina a ordem do lucro dos dominadores, configurada nas intervenções bélico-imperialistas e nas salvaguardas dos mercados de capitais, requer de nós, um olhar aguçado sobre as novas leituras em evidência, que nos possibilite alcançar uma dimensão de conquistas do tamanho dos nossos sonhos de liberdade e independência, sem que para isso, seja preciso renunciar aos princípios que sempre nortearam a política da CUT, no entanto, é preciso saber traduzir bem os momentos e seus efeitos sobre a sociedade para daí, termos nossa ação vitoriosa.

**Luiz Antonio Ramos Freire**  
**Secretário de Formação da CUT/RN**



## Secretaria de Administração e Finanças

A Secretaria de Administração e Finanças da CUT/RN dentro de sua filosofia de transparência e zelo pelos recursos destinados pelos trabalhadores ao Central presta contas de suas atividades durante o exercício de 2009 a 2011. Os recursos destinados para entidade sindical requer uma boa administração para manter o bom funcionamento de suas atividades.

São investimentos na aquisição e manutenção da sede e dos veículos do da CUT/RN, aquisição de material de expediente e de limpeza, pagamento de funcionários e manutenção dos serviços de assessoria de jurídica, contábil e de comunicação. Nas campanhas salariais cobrir despesas para a participação em assembleias, carro de som, faixas, jornais, publicação de editais, viagens de dirigentes sindicais para cidades interioranas bem como para outros estados, jornais, revista, manutenção e hospedagem do portal da Central, panfletos e editais, entre tantos outros.

Como visto, são muitas atividades e conseqüentes despesas. Mas com Para possibilitar melhor atendimento aos trabalhadores, a direção da CUT/RN ainda investe em equipamentos de informática, móveis e no patrimônio da Central a mudança da sede entidade de uma alugada por outra própria mais moderna e segura para os trabalhadores.

Outras ações estão sendo planejadas, tais como a reforma da estrutura física da sede da entidade sindical. Com habilidade no gerenciamento dos recursos a direção do CUT/RN continuará a tornar a Central forte e sempre presente na vida de cada trabalhador.

Tudo isso só é possível com a contribuição dos das entidades sindicais filiadas. Daí a importância da participação de todos neste processo. Com cada vez mais sindicatos e federações associados, a CUT/RN tem mais condições de atuar estrategicamente na defesa dos trabalhadores.

Em 2009 foram nove entidade sindicais filiadas. No ano de 2010 foram quatro e em 2011 outros seis. Com as novas admissões o quadro de sócios totalizam a seguinte composição:

Total	Entidades filiadas	Base
99	Sindicatos Rurais	420.271
36	Municipais	28.057
22	Urbanos	131.307
2	Federações	
159	TOTAIS	579.635

As oposições tem trabalhos de mobilização, articulação e comunicação com a base, através de visitas, boletins, jornais, seminários, reuniões. Entre as quais: Unidade Bancária CUTista, Unidade SEduridade e Saúde CUTista, Unidade dos Trabalhadores Eceletista CUTista, Unidade Petroleira CUTista, Unidade dos Trabalhadores na Saúde CUTista e Unidade Petroleira CUTista, Oposição Rodoviária e Unidade Petroleira CUTista.

A CUT/RN vai continuar de forma responsável manter o patrimônio dos trabalhadores. As realizações da Central é um dos mecanismos que comprovam da aplicação dos recursos financeiros oriundos das contribuições e mensalidades das entidades sindicais filiadas.

As dificuldades financeiras são muitas diante dos escassos recursos. Contudo, com habilidade, criatividade e gestão, a direção da CUT/RN tem conseguido com muito sacrifício implementar a luta dos trabalhadores.

# Secretaria de Comunicação

A divulgação das atividades da CUT/RN tem sido um dos pilares da atuação da Central. De 2009 a 2011, graças as atividades da Secretaria de Comunicação, a Central ganha projeção na imprensa estadual e nacional.

O impulso da comunicação ocorreu a partir da contratação da assessoria de imprensa especializada em divulgação sindical através do jornalista Adriano Medeiros. Inicialmente, o profissional foi contratado para redigir e diagramar a Coluna CUTista que era divulgada no Jornal de Hoje nas terças-feiras de cada semana. Foram publicadas 41 edições de abril de 2010 a janeiro de 2011 trazendo informações da CUT/RN, federações e entidades sindicais filiadas.

Entre janeiro e abril de 2011, as ações da Secretaria foram voltadas para concepção, construção e atualização do portal da CUT/RN. A Secretaria com apoio da assessoria de imprensa elaborou o projeto que contou com o apoio executivo da CUT Nacional.

Neste meio tempo, ainda foi elaborada a Revista da CUT/RN. Com projeto gráfico inovador, a publicação fez um relato das atividades da Central no ultimo ano ao mesmo tempo fez uma projeção de cenário para o próximo período. Ao todo foram 26 páginas.

O lançamento do portal e da revista ocorreram durante a inauguração da sede da CUT/RN com presença da assessoria de imprensa e da direção da CUT Nacional.

Organizada a comunicação da CUT/RN junto as suas entidades filiadas através do Portal, as atividades da Secretaria através da assessoria de imprensa se projetam no apoio as atividades de mobilização da Central. Neste sentido, o trabalho distingue-se na confecção de material de apoio como panfletos, cartazes, panfletos, folderes, bolsas e faixas.

Outra ação de destaque é a divulgação da CUT/RN na imprensa estadual. Jornais impressos e eletrônicos, revistas, rádios e TVs passaram a acompanhar as atividades da Central como ocorrido no lançamento da Plataforma da CUT para as Eleições 2010 e no Ato público Nacional realizada simultaneamente ao 13 Grito da Terra. O processo tem conseguido com êxito pautar informações da entidade sindical em meio ao latifúndio dos veículos de comunicação estaduais que estão nas mãos de meia dúzia de políticos e empresários ligados a manutenção política e ideológica da elite estadual.

A Secretaria ainda colabora na elaboração para blogs e jornais para as oposições CUTistas, tais como: Correios e Bancários. Ainda elaborou material de campanha das eleições sindicais das oposições de modo a ajudar no processo de disputa hegemônica sindical no estado.

Estas atividades ainda estão em andamento. E será mais mais incrementado a partir da elaboração do jornal mensal da CUT previsto para ser lançado ainda no inicio do segundo semestre de 2011.

**Olinto Teonácio Neto**  
**Secretário de Comunicação da CUT/RN**





## PROPOSIÇÕES DO PLANO DE LUTAS

### **1- Pela regulamentação do direito de greve no setor público.**

Um dos grandes desafios da classe trabalhadora, no setor público, diz respeito à regulamentação do direito de greve dos servidores públicos, que o STF, alegando omissão do Congresso, passou a decidir com base na legislação da iniciativa privada. A matéria já foi pauta do Fórum Nacional do Trabalho, mas falta consenso para sua aprovação no parlamento.

### **2- Pela aprovação da Convenção 87 e o fim do imposto sindical.**

Lutamos por liberdade e autonomia sindical, com aprovação da convenção 87 da OIT; pelo fim da contribuição sindical e a implementação de uma contribuição da negociação coletiva aprovada pelos próprios trabalhadores em assembleias.

### **3- Pela implementação da agenda do Trabalho decente.**

Com mais e melhores empregos, por igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, somados a luta contra a precarização e a terceirização; redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salário; pelo fim do fator previdenciário e pela regulamentação da convenção 151 da OIT.

### **4- Contra a Terceirização do trabalho.**

Temos uma posição muito clara em relação à terceirização: ela é responsável pelo aumento das mortes, dos acidentes de trabalho e de doenças profissionais, e vem sendo utilizada pelo capital para precarizar as condições de trabalho, reduzir custos e enfraquecer o movimento sindical, criando milhares de sindicatos de gaveta.

### **5- Pela regulamentação da Convenção 151 da OIT no Congresso Nacional.**

Essa convenção garante a negociação coletiva para os trabalhadores do setor público em todo o Brasil. Foi incluída como reivindicação pela CUT nas Marchas da Classe Trabalhadora e encaminhada pelo então presidente Lula ao Congresso Nacional, que a aprovou. Estamos agora precisando aprovar rapidamente a regulamentação da Convenção 151, para que ela possa entrar em vigor em todo o território nacional, democratizando as relações de trabalho no setor público.

### **6- Pelo fim do fator previdenciário.**

Milhões de trabalhadores aguardam as discussões sobre o fim do fator previdenciário para decidir o que fazer de suas vidas: se aposentam ou se esperam o resultado das negociações. Enquanto isso, a tábua de expectativa de vida do IBGE vai sendo alterada a cada ano e, assim, aumenta o tempo necessário para que as pessoas se aposentem.

### **7- Pela aprovação do PNE 2011/2021 sob a ótica da classe trabalhadora.**

A defesa pela aprovação do Plano Nacional da Educação sob a ótica da classe trabalhadora com a destinação de 10% do PIB brasileiro para a educação e a ampliação da educação no campo e a qualificação profissional com a participação dos trabalhadores é essencial para a construção de um país com cidadãos conscientes de si mesmo.

## **8- Em defesa de políticas públicas efetivas que atenda as necessidades do homem do campo e de toda a classe trabalhadora.**

A aprovação da PEC contra o trabalho escravo, do limite de propriedade da terra para diminuir a enorme concentração hoje existente; a mudança do modelo agrário, com a ampliação dos recursos e de políticas públicas para a agricultura familiar, que é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (as); a luta contra os agrotóxicos e contra os especuladores do agronegócio são necessários para termos uma política agrária comprometida com o homem do campo.

## **9- Por Reformas Política e Tributária comprometidas com a classe trabalhadora.**

Por uma reforma política que amplie a democracia direta e que fortaleça a democracia representativa e por uma reforma tributária que seja progressiva com base na renda e no patrimônio.

## **10- Pela implementação integral do Piso Salarial Nacional Profissional do Magistério.**

A efetivação do Piso Salarial do Magistério é um sonho que representa a consolidação da luta dos trabalhadores da educação pela valorização do trabalho docente. A instituição do Piso foi resultado da batalha diuturna dos educadores, e que resultou na ressignificação do conceito de liberdade: ser livre é estar consciente da necessidade de ser combativo e de participar dos combates pela manutenção das conquistas, pelo reconhecimento da importância das minorias e pela preservação de direitos. Foram muitas, e renhidas, as lutas para que o Piso ganhasse concretude. De um lado, os docentes, reforçados pelos movimentos sociais e pelo desejo de mudar a realidade. Do outro, os gestores, ciosos de, mais uma vez, colocar na gaveta do esquecimento, mais uma importante conquista do magistério nacional. No meio de ambos, o MEC, titubeante, com suas portarias que mais confundiram que explicaram e deram aos governantes, mais um instrumento a favor da postergação, do engodo, da embromação, do desejo de não fazer cumprir o que manda a lei e o que espera a história. Por isso, a defesa intransigente da implementação do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério em sua integralidade.

## **11- Pelo fim das nefastas práticas administrativas no serviço público; pela melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população e por uma política de valorização dos servidores públicos municipais.**

Falta de transparência, precarização, sucateamento dos serviços públicos, terceirização, achatamento de salários, não cumprimento dos PCCR's, negação de direitos, assédio moral, ausência de diálogo e de canais de negociação coletiva, não reconhecimento das entidades de classe e más condições de trabalho. Esses são alguns dos elementos que compõem a relação entre servidores, gestores e governos municipais e estaduais.

A ausência de proteção contra atos de ingerência das autoridades públicas na formação, funcionamento e administração das organizações sindicais é outro fator de ordem que impede a luta dos servidores municipais em defesa de suas conquistas.

Essas ações dos gestores se constituem em práticas antirrepublicanas e antidemocráticas que redundam em prejuízos diretos para a classe trabalhadora, prestando assim, um serviço de má qualidade para todo o conjunto da sociedade.

*Direção da CUT-RN.*





## **EMENDAS AO ESTATUTO**

---

**Emendas ao Estatuto publicadas no Caderno de Propostas ao 10º CONCURTO, como complemento ao Texto Base para as Plenárias Estaduais e Reuniões de Ramos, para que sejam debatidas amplamente à luz da Estratégia e do Projeto Político-Organizativo da CUT.**

### **Proposta 67 – Aditiva [RJ]**

Ficam referendadas as alterações estatutárias discutidas na 12ª Plenária e aprovadas pela Direção Nacional da CUT. As demais alterações estatutárias serão remetidas à próxima Direção Nacional, que ficará responsável pela aprovação de um anteprojeto de Estatuto a ser apresentado para um amplo debate na estrutura da Central, culminando na aprovação de um novo Estatuto em nossa 13ª Plenária Estatutária.

### **Proposta 68 – Aditiva [PE]**

Os dirigentes sindicais representantes da CUT no secretariado das confederações às quais a CUT é filiada, terão direito a voz na Direção Nacional da CUT.

### **Proposta 69 – Aditiva [PI, SE]**

Propomos que a CUT adote a Proporcionalidade Qualificada como forma de composição da direção e o fim dos percentuais mínimos para as chapas inscritas comporem a direção.

### **Proposta 70 – Aditiva [ES, MG, SC]**

1 - Em detrimento da CUT Nacional não cobrar mais o imposto sindical, a partir de 2009 dos sindicatos filiados, deverá distribuir às instâncias da Central, que ainda não estão legalizadas, não possuem o código sindical e não recebem o imposto sindical, 60% da arrecadação do imposto, ou seja, do montante recebido do imposto sindical referente a cada ramo, às CUT's Estaduais e a CUT Nacional.

Sendo que, deverá ser aplicado o critério de distribuição estatutário da CUT, ou seja, 38% para os ramos da CUT que ainda não recebem o imposto sindical, 36% para as CUT's Estaduais, 26% para a CUT Nacional. E os 40% restantes do imposto sindical e os valores referentes às confederações que já estão legalizadas e já recebem o imposto sindical, deverá ser destinado a um fundo para os planos de ação sindical encaminhados pelas CUT's Estaduais e os Ramos.

2 - É do conhecimento de toda militância cutista as dificuldades financeiras e estruturais encontradas pelo sindicalismo do campo na condução das lutas e mobilizações em defesa de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável, socialmente equitativo e geopoliticamente equilibrado, por outro lado, entendemos que fortalecer a estratégia da CUT no meio rural é uma das condições para se avançar cada vez mais na aliança histórica entre trabalhadores (as) do campo e cidade, marca fundante da nossa Central Sindical.

Característica que a tornou a maior Central Sindical do país. Nesta perspectiva, se faz necessário o estabelecimento de critérios mais precisos e diferenciados de contribuição dos

sindicatos de trabalhadores rurais, assim como de trabalhadoras domésticas, que tenha as mesmas dificuldades, no sentido de se garantir uma participação mais efetiva nos processos de mobilizações e lutas políticas da Central, tendo em vista a construção da hegemonia da classe trabalhadora. Assim, este 11º CECUT encaminha ao 10º CONCURTO:

- Que a direção executiva nacional, aprofunde este debate e formule uma proposta diferenciada de contribuição dos sindicatos de trabalhadores rurais para a CUT.

### **Proposta 71 – Estatuto Aditiva [PI, PE, SE]**

Redução dos atuais 10% para 7% de contribuição estatutária até a 13ª. Plenária nacional e, a partir da 13ª. Plenária, 5% de teto de contribuição estatutária, mantendo a mesma proporção de repasse para a estrutura horizontal e vertical da CUT.

### **Proposta 72 – Substitutiva [SC]**

**Substitui o artigo 71 por:**

Art. 71. Todas as entidades sindicais filiadas à CUT contribuirão com 10% de sua receita bruta anual para a sustentação financeira da Central Única dos Trabalhadores, com exceção do imposto sindical durante o período de vigência do repasse dessas centrais sindicais pelo MTE.

### **Proposta 73 – Substitutiva [SC]**

**Substitui o artigo 72 por:**

Art. 72. Cabe à CUT Nacional recolher a contribuição de cada entidade sindical filiada e distribuí-la na seguinte forma:

I – 4,0% para as Estaduais da CUT;

II - 2,2% para a CUT Nacional;

III – 3,0% para as Confederações Orgânicas e entidades nacionais filiadas;

IV – 0,5% para as Escolas Sindicais

V – 0,1% para a Escola Técnica de Turismo

IV - 0,2% para o Fundo de Fortalecimento das Estaduais;

### **Proposta 74 – Aditiva [PI]**

Que as Estaduais da CUT possam negociar diretamente com os sindicatos as questões de finanças.





Rua Apodi, 156, Cidade Alta, Natal/RN | CEP- 59025-170 |  
Fones (84) 3201-2142 / 3221-3165 |  
E-mail: [contato@cut-rn.org.br](mailto:contato@cut-rn.org.br) | Site: [www.cut-rn.org.br](http://www.cut-rn.org.br)